

## **(Homo)sexualidades e formação profissional: desafios para a Psicologia**

(Homo)sexualities and Professional formation: challenges to Psychology

Recebido em 18/09/2008; Aceito em 16/11/2008

**Lenise Santana Borges<sup>1</sup>**

Universidade Católica de Goiás/Departamento de Psicologia  
Grupo Transas do Corpo

### **Resumo**

O presente artigo tem por objetivo refletir sobre as categorias produzidas pelas ciências em relação às (homo)sexualidades, focalizando com especial ênfase a contribuição da Psicologia. A abordagem do Construcionismo Social permite compreender a noção de homossexualidade como uma construção na qual os discursos, a linguagem e as práticas empregadas variam segundo contextos social e histórico específicos. Partindo desse enquadre teórico-epistemológico, questiono a inevitabilidade da existência da categoria homossexual, abrindo caminhos para sua desnaturalização e reafirmando o caráter político que lhe é particular. A produção discursiva em torno das homossexualidades mostra-se bastante distinta nas Ciências Humanas, passando por discursos alinhados à idéia de direitos humanos, liberdade de escolha e direito ao prazer e também discursos carregados de preconceito e estigma. Refletir sobre isto permite indagar sobre que tipo de profissional está sendo formado, que abordagens teórico-metodológicas estão circulando nos cursos de Psicologia e que estudos/produtos estão sendo realizados sobre as sexualidades. Só assim é possível ter uma noção mais aproximada dos desafios e dos caminhos a trilhar.

Palavras-chave: homossexualidades, psicologia, construcionismo social, formação profissional.

### **Abstract**

This article aims to reflect on the categories related to (homo)sexualities produced by Sciences, focusing on the contribution of Psychology to this process. The constructionist perspective allows the understanding of the notion of homosexuality as a social construction in which the discourses and the language vary according to specific social and historical contexts. Taking this epistemological and methodological approach into account, I question the inevitability of

---

<sup>1</sup> Profa. Dra. E-mail: [esinel@uol.com.br](mailto:esinel@uol.com.br)

the existence of the category homosexual, opening ways for its denaturalization and reaffirming its political side. The discursive production on (homo)sexualities is very diverse in the field of Human Sciences, ranging from discourses addressed to the idea of human rights to others rooted in prejudice and stigma. Thinking about this allows us to question about what kind of professionals are being formed, what kind of theoretical and methodological approaches are being used in the Psychology courses and what kind of researches/products are being done in the field of sexualities. Hence, it is possible to have a better grasp of the challenges and the paths to take.

Key-words: homossexualities, Psychology, Social Construcionism, professional formation.

### Introdução

Recentemente, o Conselho Regional de Psicologia de Goiás e Tocantins – CRP/09, alinhado a outros Conselhos do Brasil criou um grupo de trabalho (do qual faço parte) que tem debatido idéias e propostas para combater o preconceito, as discriminações e o estigma dirigidos às pessoas não heterossexuais. Esta iniciativa dos Conselhos se soma à de outros atores sociais como ativistas, pesquisadores, legisladores, entre outros, cujo interesse se volta para a construção de um projeto de democracia sexual para o Brasil, orientada nos marcos dos direitos humanos, ou seja, entende-se que os direitos humanos também se constituem como direitos sexuais e reprodutivos. No âmbito do governo federal brasileiro, iniciativas como a inclusão de propostas incluindo recomendações específicas com intuito de resguardar o direito à liberdade e à igualdade para homossexuais no Programa Nacional de Direitos Humanos (PNH II) demonstram uma preocupação em elaborar e implementar políticas públicas alinhadas a um projeto de respeito aos direitos humanos. Nesta mesma direção, o “Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual”, lançado em 2004 pela Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), em parceria com representantes dos movimentos sociais LGBTTT, constitui-se como um espaço para o combate à violência e à discriminação contra a população LGBTTT.

O desdobramento recente da concepção de direitos humanos também como direitos sexuais engloba a noção de bem-estar - saúde, por exemplo -, e de dignidade garantida ao estilo de vida que se expressa na forma singular com que cada sujeito obtém prazer, salvaguardando o

respeito ao consentimento de com quem se exerce a atividade sexual. A grande novidade na contemporaneidade é que, além de reconhecer que práticas diferentes da norma heterossexual sempre existiram, elas agora reivindicam legitimidade e tratamento equitativo (Heilborn, 2003). Portanto, é nesse novo contexto que o/a profissional de Psicologia está sendo chamado a retomar o ideal de efetivamente construir uma Psicologia sintonizada e comprometida com uma sociedade mais igualitária e plural.

### **Psicologia e as (homo)sexualidades**

As mudanças na forma de perceber a homossexualidade remetem à intensa negociação de sentidos na sociedade moderna, mostrando que essa é uma arena “simbólica e política altamente disputada, em que grupos lutam para implementar plataformas sexuais e alterar modelos e ideologias sexuais” (Vance, 1995, p.15). Portanto, estão inseridos em campos que apresentam múltiplas possibilidades discursivas inseparáveis do campo social e político. Mas, o que significa na prática conceber a sexualidade como uma arena política intensamente disputada? Inicialmente, significa entender que diferentes atores sociais como movimentos sociais, grupos religiosos, grupos acadêmicos, grupos ligados ao Estado, etc. produzem e divulgam distintas idéias sobre a sexualidade, uns mais alinhados à idéia de direitos sexuais como direitos humanos e outros avessos a idéia de que possa haver autonomia, igualdade e respeito às diferenças quando o assunto é sexualidade.

Ciente de que o campo da sexualidade não é unívoco, parto da premissa que para entender as formas atuais de falar sobre as homossexualidades, é necessário compreender como esses discursos foram sendo construídos ao longo da história e quais os saberes envolvidos nessa produção. Não se trata, portanto, de buscar causas e conseqüências para as homossexualidades, mas de desconstruir o que parece ser uma evidência – a construção das categorias homossexual, lésbica e sua assunção como “problema” social. As formas de viver a sexualidade e a idéia de problema precisam ser entendidas não como uma questão individual, mas sim algo que se constitui colado à sociedade e à cultura, lugares que atribuem diferentes valores de legitimidade e ilegitimidade para sujeitos e práticas sexuais.

Ainda predominam, na Psicologia, estudos que denotam uma visão normativa da sexualidade, que privilegiam aspectos descritivos e explicativos dos comportamentos sexuais, não reconhecendo aquelas que fogem à norma heterossexual como formas positivas e legítimas de relações sociais. Embora, na visão de alguns profissionais, a conceitualização de homossexualidade/lesbianidade como patologia ainda persista, ela começa a sofrer profundos impactos a partir dos anos 1970. Após rever estudos que argumentavam que a homossexualidade não se enquadrava nos critérios utilizados na categorização de doenças mentais, a APA (*American Psychiatric Association*) retirou a homossexualidade do seu “Manual de Diagnóstico e Estatística de Distúrbios Mentais” (DSM), em 1973, e foi seguida, vinte anos mais tarde, pela declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) de que a homossexualidade não poderia mais ser considerada desvio ou transtorno sexual. Na esteira das decisões citadas, o Conselho Federal Brasileiro de Psicologia, através da Resolução 0001/99<sup>2</sup>, considerou que:

a homossexualidade não constitui doença, nem distúrbio e nem perversão... há, na sociedade, uma inquietação em torno das práticas sexuais desviantes da norma estabelecida sócio-culturalmente [e, especialmente, que] a Psicologia pode e deve contribuir com seu conhecimento para o esclarecimento sobre as questões da sexualidade, permitindo a superação de preconceitos e discriminações.

Segundo Ana Maria Bock, a Resolução do Conselho Federal de Psicologia está em perfeito acordo com o movimento de combate ao preconceito e à discriminação social na atualidade brasileira. Bock (2001) explica que a criação da resolução teve por objetivo a demarcação de princípios, bem como o norteamento da prática profissional, demonstrando o comprometimento explícito com o respeito à diferença, a igualdade social e a promoção dos direitos sexuais. Nas palavras de Bock, a resolução foi uma forma contundente de reparar os danos à sexualidade provocados pela patologização de comportamentos diferentes e o sofrimento psicológico causado pela forma como a sociedade encara as diferentes orientações sexuais.

---

2 Resolução No. 001/99 disponível no site [www.crp09.org.br](http://www.crp09.org.br) na seção “Legislação” / “Normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual (Resolução CFP nº 001/99)”.

Apesar de todos os esforços de retirar o sentido patológico conferido à homossexualidade e combater o preconceito ainda persistem iniciativas que corroboram a idéia de culpabilização e de cura da homossexualidade. Para exemplificar tal atitude tomo como ilustração o congresso “Compreendendo a homossexualidade”, que ocorreu em maio de 2008 no México. Segundo entrevista publicada pelo Centro Latino Americano em Sexualidade<sup>3</sup> - CLAM, psicólogos, psiquiatras, filósofos, sexólogos, entre outros, se reuniram, no México, para debater e discutir formas de tratamento – entenda-se psicoterapia - para curar a homossexualidade. No evento participaram pessoas fortemente ligadas a grupos, associações e igrejas cristãs que compartilham o pensamento da Associação Nacional para Pesquisa e Terapia da Homossexualidade<sup>4</sup>, organização privada estadunidense que propõe “reorientar” pessoas com “problema” de atração pelo mesmo sexo por meio de terapia. Tal evento veio reforçar a idéia de que ainda existem setores da sociedade para os quais é inadmissível que pessoas possam ter desejos, práticas diferentes daquilo que consideram “normal”, por isso precisam regular, tratar, vigiar tais sujeitos. O que nos leva novamente à constatação de que existem diferentes formas de se conceber a sexualidades e, portanto, distintas formas de atuação profissional. Apesar da incorporação de discursos e práticas mais sintonizados com os princípios da liberdade, do respeito à diversidade e da igualdade de direitos citados anteriormente e endossados por conferências, tratados, convenções e artigos acadêmicos, alguns setores da sociedade se recusam a incorporá-los, relegando as práticas não heterossexuais um lugar de imoralidade, ilegitimidade, de doença e de pecado.

### **Perspectivas teóricas sobre as (homo)sexualidades**

Pode-se dizer que o florescimento do campo dos estudos sobre sexualidades, incluindo as (homo)sexualidades está intimamente relacionado ao crescimento do campo de estudos de gênero, pois ambos apesar de poder serem estudados separadamente estão intimamente interconectados. Assim como também, têm sido alimentados pela forte conexão estabelecida com os movimentos feminista e gay e lésbico.

---

<sup>3</sup> Para saber mais sobre o trabalho do CLAM, conferir o site [www.clam.org.br](http://www.clam.org.br)

<sup>4</sup> Em inglês National Association for Research and Therapy of Homosexuality (NARTH)

Duas abordagens em sexualidade têm sido identificadas como as mais proeminentes nos estudos sobre sexualidade: essencialismo e a construcionismo. Na primeira, a idéia prevalente é que existe uma natureza humana, produzida dentro dos corpos na forma de energia sexual ou impulso sexual que leva à ação. Nessa perspectiva, a sexualidade é vista tanto como um mecanismo psicológico a serviço da reprodução da espécie, ou como uma manifestação de um desejo sexual que necessita encontrar uma expressão exterior.

Já a perspectiva construcionista problematiza a universalidade de um suposto impulso sexual. Operar como a perspectiva construcionista significa se opor à idéia de naturalização do feminino e do masculino, como também ser crítica da idéia de uma sexualidade regida unicamente por um determinismo biológico. Uma das referências mais importantes para os construcionistas é a obra do filósofo Michel Foucault. Mais do que corpos, a sexualidade deve ser vista como um dispositivo histórico, ou seja, ela se constitui historicamente a partir de múltiplos discursos cuja função é regular, normatizar e instaurar saberes, os quais produzem “verdades” (Foucault, 1984, p.101). Tais “verdades” se formam num determinado período histórico cuja função principal é responder a uma certa urgência social. Para Foucault, o que caracteriza a história da sexualidade não é um “regime de silêncio”, mas uma constante incitação ao discurso sob os auspícios de uma sociedade de vigilância e controle. Nesse sentido, as interpretações sobre a sexualidade, as experiências corporais não podem ser tomadas como proposições universais, mas, precisam ser pensadas à luz das culturas e de períodos históricos particulares, por exemplo, no Brasil, nem todos os homens que se engajam em práticas sexuais com outros homens são categorizados como homossexuais<sup>5</sup>.

Diferentemente da posição inatista, que aponta a homossexualidade e a lesbianidade como uma característica inata de homens e mulheres, a construção social sugere que tanto a homossexualidade quanto a lesbianidade só podem ser compreendidos em uma leitura que incide sobre os processos históricos e sociais e, portanto, possibilitaram a emergência dessa noção. Na perspectiva de Foucault (1984), a noção de homossexualidade é social e historicamente construída, ou seja, depende da cultura e das relações sociais estabelecidas, o que possibilita pensar em diferentes formas de viver de construir identidades de gênero e

---

<sup>5</sup> Conferir a este respeito o já “clássico” estudo de Peter Fry: Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira (1982).

sexuais. A contribuição teórica do autor é inestimável para entender que “o homossexual” é uma construção sócio-histórica e não universalmente aplicável, portanto, requer uma explicação sobre os processos envolvidos em sua construção.

A postura construcionista possibilita pensar que a criação de categorias específicas, como homossexualidade/lesbianidade (e os termos a elas associados – homossexual e lésbica), não precisariam necessariamente existir; fazem parte de uma história recente de intenso escrutínio científico na busca incessante por definições “corretas” para aqueles que praticam atividades sexuais com indivíduos do mesmo sexo. Essa forma de fazer ciência presume a possibilidade de descobrir uma razão (biológica, psicológica) que possa elucidar o que veio a se configurar como um “tipo” de pessoa, denominada homossexual/lésbica. A procura por explicar os fenômenos humanos relacionados à esfera sexual não é um fato de hoje na história da ciência, porém de tempos em tempos ressurgem ondas de determinismo biológico ou psicológico.

### **Noções sobre as (homo)sexualidades em diferentes períodos históricos**

Autores como Weeks (2001), Giddens (1993) e Vance (1995) apontam para os perigos de leituras descontextualizadas e mostram que a discussão da sexualidade tem passado por grandes transformações no decorrer da história, desde a categorização e fixação dos sujeitos, denominando-os “desviantes” e utilizando termos como “homossexual” e “pederasta” para classificá-los, até a atualidade, quando o âmago da questão se desloca para a perspectiva dos direitos humanos.

As relações homossexuais sempre existiram, mas o processo de transformação de homossexualidade em doença, e mais recentemente da visão da homossexualidade como uma opção, é uma invenção moderna.

Alguns historiadores indicam que o termo homossexual foi utilizado pela primeira vez em 1869. A despeito da criação do novo termo, as categorias de sexualidade do século XX não apareceram de imediato, mas, propiciou sua emergência para que se desenvolvessem de forma gradual. As abordagens dos primeiros médicos/sexólogos estavam impregnadas da noção de

sexualidade, na qual o sexo era visto como poderosa força instintiva e, portanto, precisava ser restringido pela sociedade. Outro ponto comum entre esses trabalhos era a noção da homossexualidade como característica de um tipo particular de pessoa, cuja ênfase não mais incidia sobre os aspectos anatômicos, mas sobre os aspectos mentais.

Antes do século XVII e do papel preponderante da ciência para explicar o mundo, a homossexualidade, denominada então como sodomia e o homossexual como pederasta, era vista com um pecado gravíssimo, duramente combatida e perseguida pela Inquisição como heresia e imoralidade (Mott, 1988). Indubitavelmente, a transição da noção de pecado e crime para a de doença mental foi uma mudança significativa na forma de conceber a homossexualidade. No final do século XIX, influenciadas mais intensamente pelas teorias científicas identificadas com uma nova racionalidade, (a psiquiatria), as “teorias anatômicas” se tornaram responsáveis por delinear as fronteiras sobre as quais os homossexuais e as lésbicas iriam se definir, criando uma nova disciplina: a sexologia.

Obras clássicas, como *Psycopathia sexualis*, do psiquiatra alemão Krafft-Ebing (1931) e, posteriormente, *The psychology of sex*, de Ellis (1946), ajudaram a consolidar e a difundir a noção de homossexualidade como desvio e disfunção, tomando para si a classificação baseada em um espectro de repertórios mais alargado. Alfred C. Kinsey, um dos autores do “Relatório Kinsey”, como ficaram conhecidas suas obras *Sexual behaviour in the human male* (Kinsey; Pomeroy & Martin, 1998 [1948]) e *Sexual behaviour in the human female* (Kinsey et al., 1998 [1953]), desmistificou a idéia de uma sexualidade resumida a dois tipos de pessoas: heterossexuais e homossexuais. Kinsey e sua equipe inovaram os estudos sobre sexualidade ao propor um conjunto de categorias sexuais propiciando uma compreensão mais alargada das possibilidades em termos do comportamento sexual humano. Por outro lado, Kinsey não conseguiu romper com seu *background* de cunho biológico e com a visão convencional da sexologia ao insistir na idéia de impulso sexual e da sexualidade como uma característica individual, e não como algo produzido dentro de relações em situações sociais específicas. Além de Kinsey, dois outros sexólogos tiveram grande expressão na sexologia americana, William Masters e Virginia Johnson, cujo trabalho focalizou as perturbações da sexualidade, também chamadas de disfunções sexuais e os respectivos tratamentos, as famosas terapias sexuais. Segundo Béjin (1985), a ascensão dos sexólogos e o declínio dos psicanalistas estão

relacionados com a racionalidade vigente na sociedade americana baseada na evidência e na objetividade do orgasmo e na possibilidade de se “racionalizar” a sexualidade.

Conforme Sterling (2001-2002), médicos como Ulrichs, Benkert, Ellis, Carpenter, Kinsey, Freud, entre outros cientistas envolvidos no estudo e na sistematização das narrativas homossexuais, foram determinantes para a emergência da categoria homossexual. Na modernidade, afirma Weeks (2001), os sexólogos contribuíram para atribuir ao sexo a centralidade nas preocupações ocidentais.

As narrativas sustentadas por esses cientistas foram determinantes para a construção das auto-descrições de pessoas que se identificavam como homossexuais. Se, por um lado, os discursos científicos ocuparam um lugar de autoridade e de competência, por outro, foram se alterando, na forma e no conteúdo, no decorrer da história, como atestam as mudanças ocorridas no discurso médico sobre a homossexualidade. A noção de invertido é um dos exemplos de idéia que sofreu abalos, à medida que o conceito sobre papéis sexuais rígidos e estritos era suplantado por explicações que associavam comportamentos ao desejo e, mais tarde, à preferência sexual. Mesmo com perspectivas de análise distintas – papéis, identidade ou desejo, diferentes categorias têm sido utilizadas para definir, medir e analisar o comportamento sexual humano, demonstrando que a organização e a expressão social e pessoal da sexualidade não são atemporais, tampouco universais, mas constitui uma arena de constantes negociações de sentido.

Segundo o filósofo da ciência Ian Hacking (2001), essas categorizações, aparentemente inevitáveis, foram geradas dentro de determinados enfoques teóricos e culminaram em determinadas produtos, isto é, em formas de tratamento, inclusão e exclusão. Mas o que está em jogo nas classificações? Para o autor, a contingência é o que marca cada classificação, pois as categorizações refletem um tipo de ciência, uma determinada atitude médica e social de uma época particular. Em sua concepção, as classificações são produzidas dentro de complexas matrizes compostas por teorias, práticas e instituições que as sustentam. Essas matrizes são responsáveis pela divulgação e circulação de determinadas idéias e práticas que operam no sentido de conformar nossa visão de mundo sobre certos assuntos.

Hacking (2001) enfatiza, ainda, que essas classificações são interativas, pois produzem efeitos tanto nas pessoas classificadas como nas pessoas e instituições que compõem o seu entorno. Por serem interativas, há sempre a possibilidade de que aqueles/as que são classificados, bem como aqueles que convivem com essas classificações, reajam ou se ajustem a elas. O movimento de liberação *gay*, um dos exemplos de recusa da visão patológica da homossexualidade e de reordenamento dos sentidos em relação à homossexualidade/lesbianidade, tem buscado enfoques teóricos alternativos à visão patológica. Por outro lado, parte da sociedade percebe as mudanças sociais e discursivas na forma de abordar a homossexualidade/lesbianidade como uma ameaça e reagem, muitas vezes, de forma violenta a qualquer possibilidade de alteração da norma heterossexual.

### **Aprendendo a interrogar as “verdades”**

Se por um lado, a criação de categorias e as respectivas tentativas de organizar, classificar e explicar o mundo são inevitáveis, pois fazem parte dos processos pela busca do conhecimento, por outro, não se pode admitir que essas mesmas categorias se tornem fonte para produção de discriminações. Não se pode ignorar o fato de que o ato de categorizar é sempre acompanhado de valores e poder, ou seja, ao classificar sempre se corre o risco de instaurar hierarquias. Para tanto, é preciso ser crítico em relação à produção do conhecimento, e os tipos de categorias produzidas pela ciência, pois elas refletem as especificidades dos contextos que as produzem. A vantagem da posição construcionista é que ela permite problematizar determinadas definições concebidas como "naturais", incitando a busca dos contextos no quais elas foram produzidas, assim como indagar sobre o impacto de tais categorias na vida das pessoas.

Atualmente, tem-se presenciado um deslocamento na forma de conceber as sexualidades com discursos mais alinhados à idéia de direitos humanos, liberdade de escolha e direito ao prazer. Na direção de subverter as fronteiras de gênero e das identidades, surge ao redor dos anos 1990 a teoria *queer* (Jagose, 2004), cuja aspiração é colocar as identidades de gênero e sexual em cheque, ao radicalizar o livre trânsito entre as fronteiras da identidade, apostando na mobilidade e na possibilidade do cruzamento de fronteiras. Apesar dessas

mudanças discursivas, continuam circulando discursos cujos sentidos estão carregados de preconceito e estigma. Nesse sentido, torna-se urgente que nós, profissionais da área da Psicologia, nos indaguemos sobre que tipo de profissional está sendo formado, que abordagens teórico-metodológicas estão circulando nos cursos de Psicologia, que noções sobre as (homo)sexualidades estão sendo utilizadas, pois só assim poderemos ter uma compreensão mais aproximada dos desafios e dos caminhos que estamos nos lançando e que ainda teremos de trilhar.

### Referências Bibliográficas

- Béjin, A. (1985). O poder dos sexólogos e a democracia sexual. Em: P. Àries & A. Béjin (orgs.) *Sexualidades Ocidentais* (pp. 210-235). São Paulo: Brasiliense.
- Bock, A. M. M. (2001). Orientação Sexual: um avanço na regulamentação da psicologia. *Jornal da Redesaúde*, (24): 10-12.
- Ellis, H. (1946). *The psychology of sex*. London: William Heinemann, 272p.
- Foucault, M. (1984). *História da sexualidade. I. A vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 152p.
- Fry, Peter (1982). *Para Inglês Ver: Identidade e Política na Cultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Giddens, A. (1993). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.
- Hacking, I. (2001) *La construcción social de qué?*. Barcelona: Paidós, 398p.
- Heilborn, M. L. (2003). Sexualidade no Plural: o direito à diferença. *Revista Bocas no Mundo*, 1 (2): 10-11.
- Jagose, A. (2004). *Queer theory: an introduction*. New York: NewYork University. 156p.
- Kinsey, A., Pomeroy, W., & Martin, C. (1948). *Sexual behavior in the human male*. Philadelphia: Saunders.

\_\_\_\_\_ (1953). *Sexual behavior in the human female*. Philadelphia: Saunders.

Krafft-Ebing, R. (1931). *Psychopathia sexualis*. New York: Physicians and Surgeons Book Company.

Mott, L. (1988). *Escravidão, Homossexualidade e Demonologia*. São Paulo: Ícone, 151p.

Sterling, A. F. (2002). Dualismos em duelo. *Cadernos Pagu*, (17/18): 9-79.

Vance, C. S. (1995). A Antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis - Revista de Saúde Coletiva*, 5 (1): 7-31.

Weeks, J. (2001). O corpo e a sexualidade. Em: G. Louro. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade* (pp.35-82). Belo Horizonte: Autêntica.